

ALEXANDRA PAULA DOMINGOS RAMOS

**O CANAL PARLAMENTO PORTUGUÊS COMO AGENTE
SOCIALIZADOR POLÍTICO DAS PESSOAS SURDAS**

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação

Departamento de Ciências da Comunicação

2º Ciclo - Comunicação Alternativa e Tecnologias de Apoio

Lisboa

2019

ALEXANDRA PAULA DOMINGOS RAMOS

**O CANAL PARLAMENTO PORTUGUÊS COMO AGENTE
SOCIALIZADOR POLÍTICO DAS PESSOAS SURDAS**

Dissertação defendida em provas públicas na
Universidade Lusófona de Humanidades e
Tecnologias no dia 30/09/2019, perante o júri
nomeado pelo Despacho de Nomeação nº 230/
2019 de 19 de Setembro, com a seguinte
composição:

Presidente: Professor Doutor Rui Estrela

Arguente: Professor Doutor Manuel da Costa
Leite

Orientador: Professor Doutor Augusto Deodato
Guerreiro

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação

Departamento de Ciências da Comunicação

2º Ciclo - Comunicação Alternativa e Tecnologias de Apoio

Lisboa

2019

DEDICATÓRIA

Quero dedicar este trabalho às pessoas especiais que foram importantes na minha vida.

Ao meu pai, o meu Ídolo que me fez crescer no seio da Comunidade Surda e ensinou-me todos os valores da Comunidade Surda e com entusiasmo me apoiou neste estudo.

Aos meus filhos e ao meu companheiro que me ajudaram da forma como lhes foi possível, incentivando-me a não desistir.

Agradeço à Shaiza Jethá pelas horas, paciência e serenidade na elaboração da dissertação.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Orientador, Professor Doutor Augusto Deodato Guerreiro por acreditar, pela persistência, pela dedicação, pela orientação para poder realizar o Mestrado.

Ao meu Coorientador: Professor Doutor Filipe Venade, pela paciência e mesmo estando á distância , respondeu me sempre que eu solicitava, um Jovem com uma sabedoria Jurídica e um rigor que o caracteriza e em muito me ajudou.

À Assembleia República agradeço á equipa da ARTV Canal Parlamento nomeadamente, Dr José Manuel Araújo, Dra Cláudia Ribeiro, Dr João Amaral, Francisco Feio, á Hermínia Fátima, Maria Isabel Ferreira, Mário Simões, Carlos Carvalho, Rui Romão que sempre me apoiaram em tudo o que precisei a nível pessoal e profissional muito Obrigada.

À Ana Reis das poucas pessoas que me conhece bem que sempre me incentivou a concluir a tese numa preocupação constante apesar de ser colega acima de tudo para mim é uma amiga.

Da equipa técnica agradeço ao Paulo Meireles pela edição da entrevista, Nilton Medeiros pela sua disponibilidade permanente posso dizer que a ARTV deu me Amigos.

À SIC agradeço aos meus Diretores e coordenadores, Cristina Verdú, Clara Alves, Daniel Sabino, Luís Marçal Sérgio por me apoiarem nesta aventura e a Sónia Mota Intérprete e amiga que me substituiu sempre que eu precisava uma enorme gratidão.

Não posso deixar de agradecer aos meus colaboradores Intérpretes que me substituíram tanto na ARTV bem com na Sic, Nuno Calado, Ema Marques, Elsa Ascensão, Barbara Polastri,tenho orgulho em dizer que tenho uma grande equipa de colaboradores.

Muito obrigada a todos que contribuíram para que o trabalho realizado chegasse ao fim.

RESUMO

O presente trabalho pretende, como finalidade, aferir os conhecimentos da comunidade surda sobre a terminologia na área da política.

A autora desta Dissertação, devido ao seu trabalho semanal, de há treze anos até à presente data, como Intérprete de Língua Gestual Portuguesa (LGP) na Assembleia da República da Televisão (ARTV) Canal Parlamento, bem como nos Serviços Noticiosos da SIC, Jornal da Noite e SIC Notícias, sentiu necessidade de perceber através da tradução de conceitos para LGP utilizados na Comunidade Surda se a mesma conhece nos tempos modernos novos conceitos que surgem diariamente na área da política.

Daí, o objetivo desta investigação sobre a importância da LGP no conhecimento de termos sociopolíticos, ligados a terminologia utilizada pelos vários quadrantes políticos através da ARTV Canal Parlamento e nos serviços noticiosos do Jornal da Noite na SIC e SIC Notícias.

Este estudo desenvolveu-se pela metodologia de inquérito, sendo o público alvo a comunidade surda.

Palavras-Chave: ARTV, Parlamento, Surdez, Televisão, LGP, Terminologia Política

ABSTRACT

The purpose of this paper is to assess the deaf community's knowledge of policy terminology.

The author of this Dissertation, due to her weekly work, thirteen years ago to date, as Portuguese Sign Language Interpreter (LGP) at the Parliament of the Republic of Television (ARTV) Canal Parliament, as well as at SIC News Services, Jornal da Noite and SIC Noticias, felt the need to understand through the translation of concepts for LGP used in the Deaf Community if it knows in modern times new concepts that arise daily in the area of politics.

Hence, the purpose of this research on the importance of LGP in the knowledge of socio-political terms, linked to the terminology used by the various political quarters through ARTV Canal Parliament and the news services of the Jornal da Noite in SIC and SIC Noticias

.

This study was developed by the survey methodology, and the target audience was the deaf community.

Keyword: ARTV, Parliament, Deafness, Television, LGP, Political Terminology

LISTA DE ABREVIATURAS

APS - Associação Portuguesa de Surdos

AR TV - Assembleia da República da Televisão

CV - Curriculum Vitae

ERC - Entidades Reguladora para a Comunicação Social.

FPAS - Federação Portuguesa das Associações de Surdos

LGP - Língua Gestual Portuguesa

SIC - Sociedade Independente de Comunicação

TV - Televisão

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I.....	12
1 - Surdez e LGP	12
CAPITULO II.....	15
2 - ARTV e Serviços Noticiosos	15
2.1 Como surge a LGP na ARTV ?.....	17
2.2 Serviços Noticiosos	19
CAPITULO III.....	21
3 - Metodologia da investigação	21
CAPITULO IV	23
4 - Caraterização da amostra	23
4.1 - Recolha e tratamento de dados.....	24
4.2 - Respostas	25
CONCLUSÃO	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35
Anexos	I
Anexo I - Entrevista com o Coordenador do Canal Parlamento	I
Francisco Feio	I
Anexo II - Inquérito	VIII

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Audição na ARTV com intérprete de LGP.....	18
Figura 2 - Jornal da Noite SIC com intérprete de LGP	20
Figura 3 - SIC Notícias com intérprete de LGP	20

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Género	25
Gráfico 2 - Idade	25
Gráfico 3 - Localidade.....	26
Gráfico 4 - Parte 1	26
Gráfico 5 - Parte 2	27
Gráfico 6	28
Gráfico 7	28
Gráfico 8	29
Gráfico 9	30
Gráfico 10	30
Gráfico 11	31
Gráfico 12	31

INTRODUÇÃO

Sou filha de pais surdos, comunico em Língua Gestual Portuguesa desde o berço, sou Intérprete de Língua Gestual Portuguesa particular e institucional desde que me conheço, embora, sob o ponto de vista profissional na Assembleia da República e em serviços públicos televisivos desde há cerca de dezena e meia de anos.

Devido ao facto de comunicar mais em Língua Gestual Portuguesa do que em Português propriamente dito, a minha expressividade oral e na escrita nem sempre é a mais correta, porque, em Língua Gestual, há muitos elementos que se subentendem, mas que não se utilizam, como é o caso, por exemplo, das preposições.

Costumo dizer que, muitas vezes, penso mais numa perspetiva de mente surda do que na dimensão de ouvinte, afigurando-se-me, por vezes, ser mais a Língua Gestual a minha primeira Língua e o Português a minha segunda Língua, tendo uma relação profunda com o bilinguismo e com o biculturalismo.

No que se refere ao bilinguismo e ao biculturalismo, julgo ser oportuno mencionar aqui o sustentado por Augusto Deodato Guerreiro, no Instituto Jacob Rodrigues Pereira da Casa Pia de Lisboa, em 19 de junho de 2015

“O bilinguismo (sempre que possível multilinguismo) e o biculturalismo (também sempre que possível multiculturalismo) é um binómio coevolutivo que, consciente e devidamente exercitado e partilhado ao nível do desenvolvimento biopsicossocial, sociocognitivo e humano, poderá ajudar a proporcionar à comunidade surda a natural competência pessoal e social para lidar com a conceptualidade e a abstração, em perfeita sintonia e diálogo com a comunidade ouvinte.”.

A generalidade do conhecimento, infelizmente, ainda é muito limitada para as pessoas surdas, essencialmente sob o ponto de vista da conceptualidade e da abstração, havendo necessidade de, cada vez mais, se criarem gestos adequados, devidamente estruturados linguisticamente, razão por que me decidi alargar a LGP a vocábulos e a conceitos na área da política, sobretudo a âmbito parlamentar, dado que os eleitores e os eleitos têm de utilizar códigos que sejam do conhecimento de todos os cidadãos, independentemente dos seus códigos de comunicação pessoais.

Mas a minha investigação assume um carácter principalmente prático, por razões estritamente adequadas à LGP e, muito em especial, numa área nova a tornar acessível, de forma tão correta quanto possível, à Comunidade Surda.

CAPÍTULO I

1 - Surdez e LGP

Para uma melhor compreensão do que é a LGP tem de se ir á causa sendo a Surdez um fator para o entendimento dos tipos de surdez e a utilização da LGP consoante o ambiente em que esta inserido e o acesso a informação sobre a existência da Comunidade Surda e a sua primeira língua a LGP.

Do ponto de vista patológico, definem-se numa perda de audição, vários tipos e causas, sendo abordados, nesta dissertação, os mais comuns: surdez severa, surdez moderada e surdez profunda, a surdez não é impeditiva de aquisição da LGP as causas podem ser por antecedentes familiares, rubéola na gestação, meningite entre outras, segundo a Organização Mundial de Saúde entende-se por Surdez uma qualquer limitação na capacidade auditiva (cf saudecuf.pt)

As crianças surdas nascem na sua maioria no seio de famílias ouvintes que não tem conhecimento da LGP, o primeiro contacto é com o médico que pode encaminhar a família para unidades especializadas, como é o caso do Hospital Egas Moniz, que tem consulta de surdez e dá apoio às famílias e o único Hospital Público com uma funcionária surda com mestrado em Comunicação Alternativa e Tecnologias de Apoio.

Por seu turno, segundo paradigma sociocultural, a LGP é a língua materna da Comunidade Surda que surge naturalmente e se desenvolve como as línguas orais. É uma língua visual através dos movimentos das mãos, do corpo e por expressões faciais, tem vocabulário e gramática como uma língua oral.

Ao contrário do que as pessoas possam pensar a LGP não é universal, cada país tem a sua língua gestual respeitando a sua cultura e identidade.

Por iniciativa da APS foi constituída a comissão para o reconhecimento e proteção da LGP por representantes da Comunidade Surda. Em 22 de Janeiro de 1997 procedeu-se à audição de representantes das cinco associações que integram a Comissão para o Reconhecimento e Proteção da Língua Gestual Portuguesa, designadamente a Associação Portuguesa de Surdos, a Associação de Professores e Técnicos de Reabilitação de Crianças e Jovens Surdos, a Associação de Pais para a Educação de Crianças Deficientes Auditivas, o Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência e a Associação de Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa, onde os partidos políticos receberam a comissão que defendeu a importância da LGP como se pode ler em Diário da República II Série RC - Número 68 - IV Revisão Constitucional, Comissão Eventual para a Revisão Constitucional.

Na sequência dá-se à LGP o reconhecimento que valoriza com a publicação da Lei Constitucional n.º 1/97, artigo 74º, alínea h): “Proteger e valorizar a língua gestual portuguesa, enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e da igualdade de oportunidades.”

CAPITULO II

2 - ARTV e Serviços Noticiosos

Na sequência da entrevista feita ao coordenador do Canal Parlamento agora designado por ARTV Canal parlamento Francisco Feio, a ideia surge em 1993 quando se instalou o primeiro sistema de captação de broadcast de qualidade na Assembleia da República, com o aparecimento das televisões privadas a confusão instalou se nas galerias muitas câmaras dos três operadores e com o sistema acima referido fornecendo assim as imagens captadas aos operadores de televisão. Desta forma, não era necessário deslocar equipas para a Assembleia e não ocuparem assim as galerias todas. Surgiu, então, a possibilidade de puderem ter acesso ao feed continuando a utilizar as imagens da sessão toda para que todos os operadores pudessem editar e utilizar nos serviços noticiosos ao invés de passarem soundbytes pequenos pois as equipas só ficavam o tempo na discussão do Orçamento de Estado que segundo o próprio foi uma mais valia para os operadores .

Com a emissão interna da Assembleia no canal interno da Assembleia distribui se o sinal para a rede do Governo que tinham acesso aos debates em direto na residência oficial e na Presidência do Conselho de Ministros .

Com o surgimento do canal por cabo a ideia de distribuir o sinal para a rede cabo foi óbvia e concretizaram-se as primeiras emissões em 1995 na rede cabo com o início e o fim do Plenário. Á época apenas existia uma régie .

Em 1999/2000, por sugestão de vários deputados e pelo Presidente Almeida Santos, surgiu a ideia de se transformar a régie num canal o que implicava um investimento em equipamento e espaço desta sugestão foi criada uma comissão que é nos dias de hoje o Conselho de Administração do Canal Parlamento com o objetivo da reestruturação do canal para isso foi necessário criar um concurso publico internacional para instalar o centro de emissão.

Devido à queda do Governo o canal só iniciou a emissão na TV paga no operador TV Cabo em 18 de setembro de 2002 com apenas dois técnicos. Pouco tempo depois passaram a 4.

Resumidamente foram estes os fatores essenciais para o surgimento do Canal Parlamento/ARTV.

A entrevista na integra pode se ler no Anexo I também disponível em DVD .

2.1 Como surge a LGP na ARTV ?

Em 2002, foi publicada a Lei n.º 8/2002 posteriormente alterada pela Lei n.º 31-A/98, de 14 de julho, legislando em matéria televisiva. Pode ler a alínea f) do artigo 44.º

“Assegurar igualdade de acesso à informação e à programação em geral a todos os cidadãos, garantindo por isso que as emissões possam também ser acompanhadas por pessoas surdas ou com deficiência auditiva, recorrendo para o efeito à legendagem ou à interpretação através da língua gestual;”

Em 2003 no âmbito das comemorações do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, os partidos políticos apresentaram à Assembleia da República projetos de deliberação de forma a adotar um Código de Boas Práticas de forma a eliminar barreiras.

No que a LGP diz respeito foram apresentados três projetos de deliberação passo a citar :

(1) PROJECTO DE DELIBERAÇÃO Nº 15/IX, pelas Deputadas de Os Verdes, Isabel Castro - Heloísa Apolónia. A 4 de Fevereiro de 2003

“Meios e tecnologias integrativas diversas, que devem ser equacionados e sugeridos ao nível do acompanhamento dos trabalhos parlamentares, implicando para tal no canal respetivo a garantia de interpretação de língua gestual, para não excluir os portugueses surdos mudos.”

(2) PROJECTO DE DELIBERAÇÃO Nº 22/IX, pelos Deputados do PSD, Guilherme Silva-Maria Leonor Beleza-Ana Manso-Manuel Oliveira - Luís Marques Guedes. A 24 de Julho de 2003,

“g) A promoção da interpretação, através da linguagem gestual, nas emissões do Canal Parlamento. “

(3) PROJECTO DE DELIBERAÇÃO Nº 25/IX, pelos Deputados do CDS-PP Telmo Correia-João Pinho de Almeida . A 3 de Agosto de 2003

Depois de projetos apresentados, consequentemente, foi publicado a Resolução da Assembleia da República n.º 82/2003 (Programa específico de favorecimento do acesso ao Parlamento aos respetivos serviços por parte de pessoas com deficiência ou incapacidade, onde se pode ler alínea g).

“ A promoção da interpretação, através de linguagem gestual, nas emissões do Canal Parlamento, e a sua síntese, no canal que presta serviço público.”

Passados três anos precisamente em 2006 é anunciado concurso para contratação de três interpretes para o Canal Parlamento, para além do Curriculum foi feita uma interpretação aproximada de 14 minutos com uma gravação de uma sessão plenária com o Ministro da Saúde Correia de Campos.

Candidataram-se sete Intérpretes, tendo sido a avaliação foi realizada com entidades externas, Associação Portuguesa de Surdos, Federação Portuguesa das Associações de Surdos, Instituto Politécnico de Setúbal - Escola Superior de Educação, representantes da Licenciatura em Tradução e Interpretação.

É em 2006 que se dá o cumprimento da resolução da Assembleia da República nº 82/2003, precisamente no dia 25 de Abril. A tradução para LGP é assim assegurada nas reuniões Plenárias, comissões Parlamentares bem como comissões de inquérito e todas as reuniões em Directo na ARTV.



Figura 1 - Audição na ARTV com intérprete de LGP

2.2 Serviços Noticiosos

Com a nova Lei da televisão- Lei n.º 27/2007 de 30 de julho refere que “A Entidade Reguladora para a Comunicação Social define, ouvidos os operadores de televisão, o conjunto de obrigações que permite o acompanhamento das emissões por pessoas com necessidades especiais, nomeadamente através do recurso à legendagem, à interpretação por meio de língua gestual, à áudio-descrição ou a outras técnicas que se relevem adequadas...”

A definição para a evolução da acessibilidade das emissões de televisão é definida num plano plurianual de obrigações pela ERC, segundo Deliberação 5/OUT-TV/ 2009 do Conselho Regulador da ERC assim estão definidas pela primeira vez, em Portugal acessibilidade à televisão para as pessoas com necessidades especiais incluindo a Língua Gestual para a Comunidade Surda.

Em 2 de Janeiro de 2014, após ouvidas as entidades representativas das pessoas com necessidades especiais é divulgada a Deliberação 4/2014 (OUT-TV) da ERC, no II capítulo da Deliberação acima referida respetivamente aos Operadores Privados de Televisão, no período de 1 de Fevereiro de 2015 a 31 de janeiro de 2016, nos Serviços generalistas de acesso não condicionado livre de âmbito nacional de acordo com a deliberação no ponto 7.2 “Três horas semanais de programas de natureza informativa, educativa, cultural, recreativa ou religiosa com interpretação por meio da língua gestual portuguesa, incluindo, com periodicidade semanal, a interpretação integral de um dos serviços noticiosos do período noturno.

A SIC, assim dá cumprimento ao disposto no dia 7 de fevereiro de 2015 com a interpretação para LGP nos serviços noticiosos ao fim de semana, com interpretação integral do Jornal da Noite na SIC ao sábado e três horas de serviço informativo na SIC Noticias distribuídos entre o sábado e domingo .

Com o trabalho desenvolvido na ARTV há mais de uma década a experiência adquirida através da tradução dos conceitos nos trabalhos parlamentares quer nos plenários, nas comissões, promoveu um maior suporte para a sustentabilidade na aferição de gestos, de modo a que estes passassem a ser usados também nos serviços informativos, dando uma maior visibilidade e credibilidade à LGP.



Figura 2 - Jornal da Noite SIC com intérprete de LGP



Figura 3 - SIC Notícias com intérprete de LGP

CAPITULO III

3 - Metodologia da investigação

Na proposta de investigação deste estudo “O canal Parlamento Português como agente socializador político das pessoas Surdas” pretende-se mostrar qual a compreensão da terminologia no âmbito da política no seio da Comunidade Surda.

O estudo tem como objetivo conhecer e analisar, dados os cinquenta termos apresentados qual a dimensão do conhecimento na sua forma escrita e em LGP.

O inquérito foi elaborado por questionário com perguntas de resposta aberta e/ou fechada, foi criado através do formulário pela Internet “Google Forms”.

Os inquéritos foram enviados através das redes sociais, mais especificamente (messenger), enviados a um total de 178 pessoas surdas.

As questões do inquérito apresentadas tem uma grande importância a nível do conhecimento político por parte das pessoas surdas, com o surgimento de novos termos existe a necessidade de analisar, se para além do conhecimento do conceito sabem executar em LGP.

Para recolher essa informação por parte do público foram usados documentos metodológicos aplicados às necessidades. Foi escolhido para execução e aplicação, um inquérito por questionário que permite o levantamento, a observação e a análise de investigação.

A escolha dos termos vai desde o termo do senso comum até ao termo mais politizado, não está por ordem alfabética, esta escolha foi propositada de forma a poder intercalar os termos mais simples aos mais difíceis.

CAPITULO IV

4 - Caraterização da amostra

O perfil do público alvo desta investigação quanto à idade situa-se entre os 19 e 80 anos, quanto ao género não apresenta uma diferença muito grande sendo que o Masculino apresenta uma percentagem de 51,5% ligeiramente acima em comparação com o Feminino.

Quanto à localidade o inquérito foi enviado para todo o Continente, Ilhas e pessoas surdas portuguesas residentes no estrangeiro.

4.1 - Recolha e tratamento de dados

No universo de envio do inquérito a 178 pessoas surdas apenas 33 responderam e como se vai poder ver em alguns gráficos apenas se obtiveram 32 respostas .

Sendo um inquérito com resposta múltipla aplicada a 50 termos não é possível apresentar os resultados na horizontal por esse motivo estão distribuídos por 12 gráficos, três cores sendo a azul que representa a resposta sim, a vermelho a resposta não e a laranja se sabe fazer o gesto.

A análise dos gráficos será por número de resposta e não por percentagem.

4.2 - Respostas

Género

33 respostas

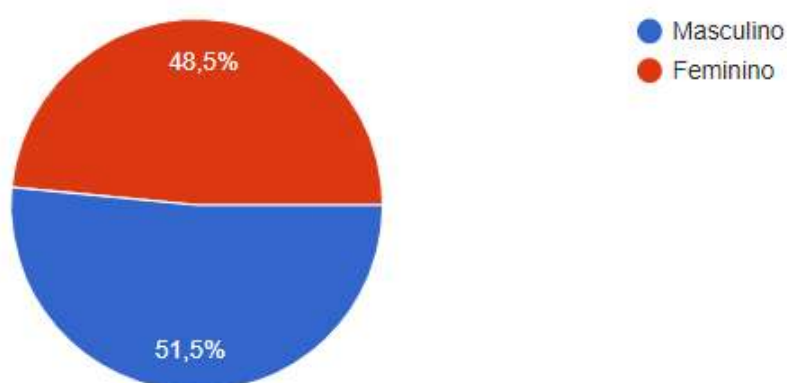


Gráfico 1 - Género

A nível do género é equilibrado do masculino 51,5% e feminino 48,5%

Idade

33 respostas

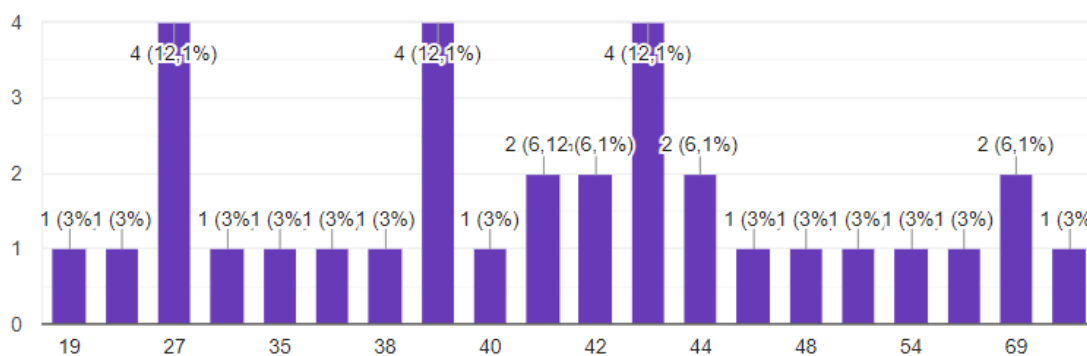


Gráfico 2 - Idade

A nível da idade verifica-se que nas idades dos 27, 39 e 43 representam uma percentagem maior sendo de 12,1%

Localidade

32 respostas

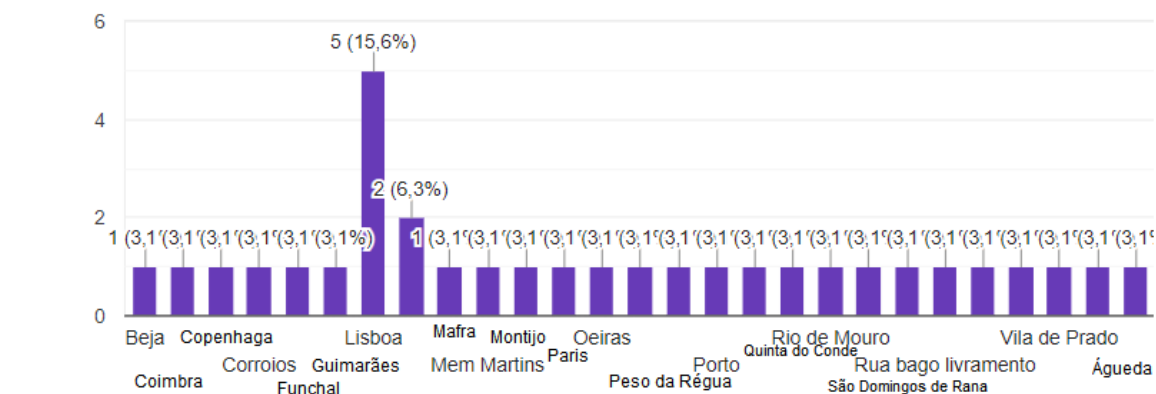


Gráfico 3 - Localidade

A maior percentagem esta em Lisboa com 15,6 % e percentagens mais pequenas em varias localidades.

Conhece os seguintes termos ?

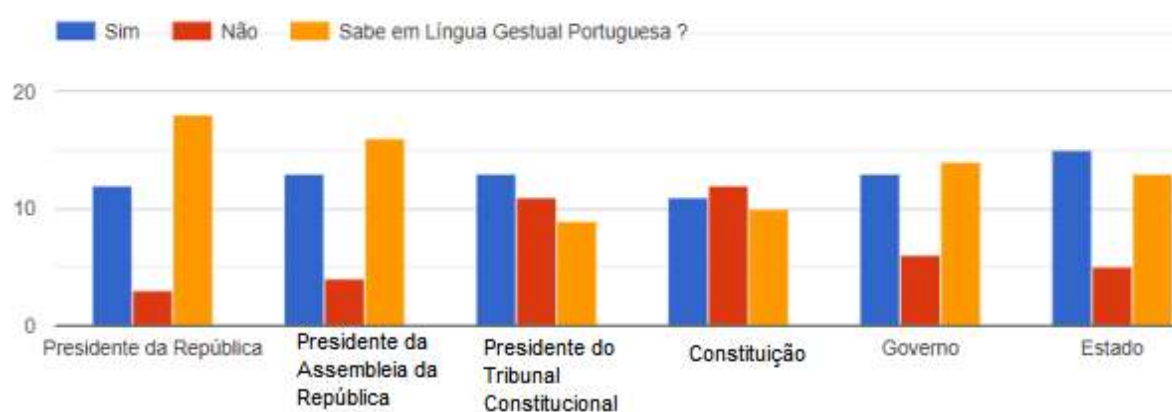


Gráfico 4 - Parte 1

Respostas

Presidente da República: ☐12 ☐13 ☐18

Presidente da Assembleia da República: ☐13 ☐4 ☐16

Presidente do Tribunal Constitucional: ☐13 ☐11 ☐9

Constituição: ☐11 ☐12 ☐10

Governo: ☐13 ☐6 ☐14

Estado: ☐15 ☐5 ☐13

Conhece os seguintes termos ?

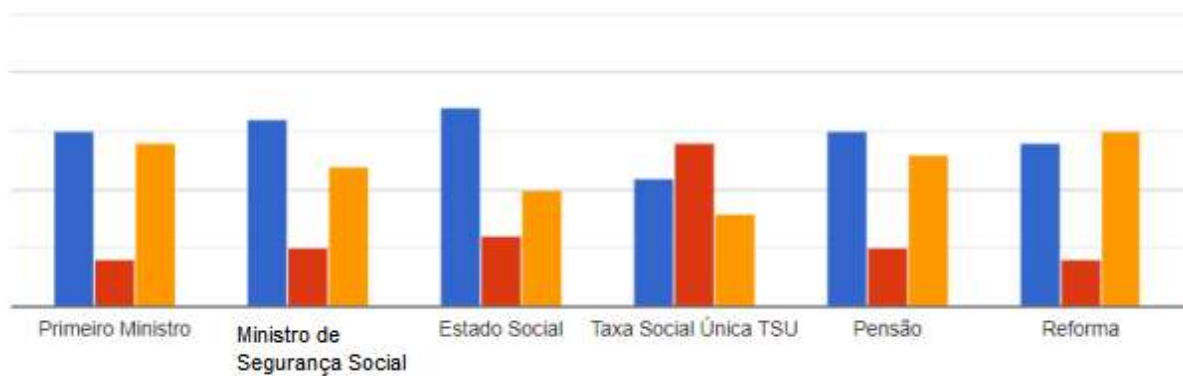


Gráfico 5 - Parte 2

Primeiro Ministro: ☐15 ☐4 ☐14

Ministro da Segurança Social: ☐16 ☐5 ☐12

Estado Social: ☐17 ☐6 ☐10

TSU: ☐11 ☐14 ☐8

Pensão: ☐15 ☐5 ☐13

Reforma: ☐14 ☐4 ☐15

Conhece os seguintes termos ?

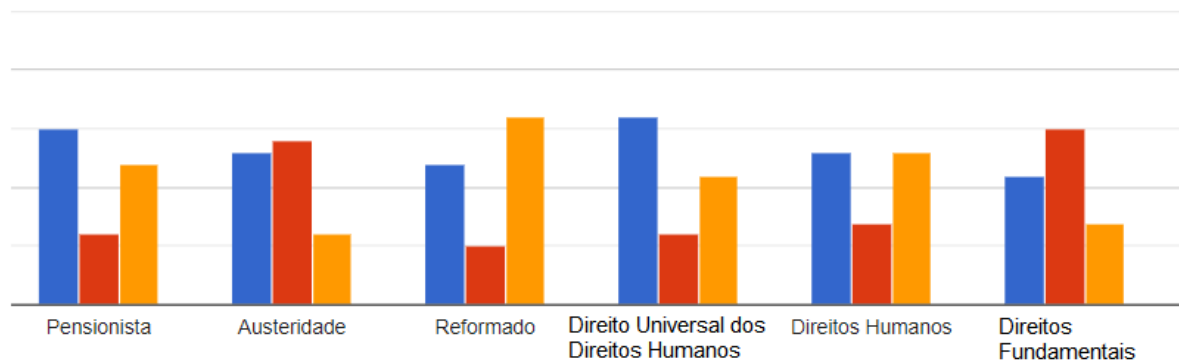


Gráfico 6

Pensionista: 15 6 12

Austeridade: 13 14 6

Reformado: 12 5 16

Direito Universal dos Direitos Humanos: 16 6 11

Direitos Humanos: 13 7 13

Direitos Fundamentais: 11 15 7

Conhece os seguintes termos ?

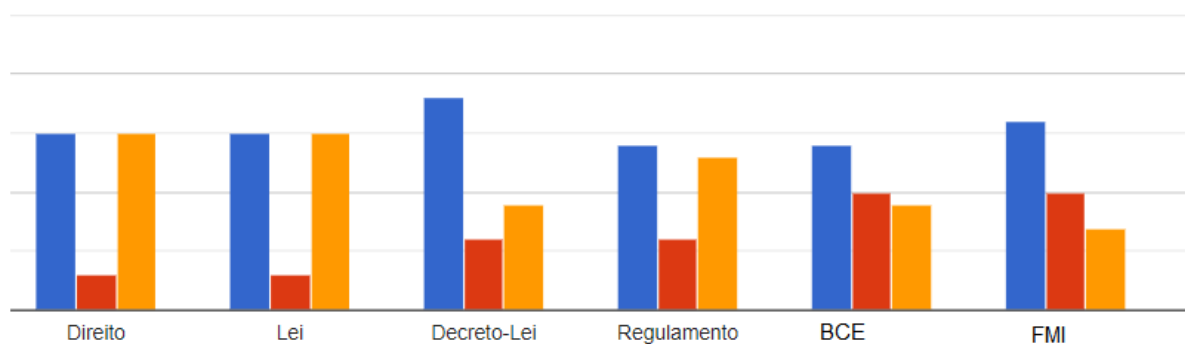


Gráfico 7

Direito: 15 3 15

Lei: 15 3 15

Decreto-Lei: 18 6 9

Regulamento: 14 6 13

BCE: 14 10 9

FMI: 16 10 7

Conhece os seguintes termos ?

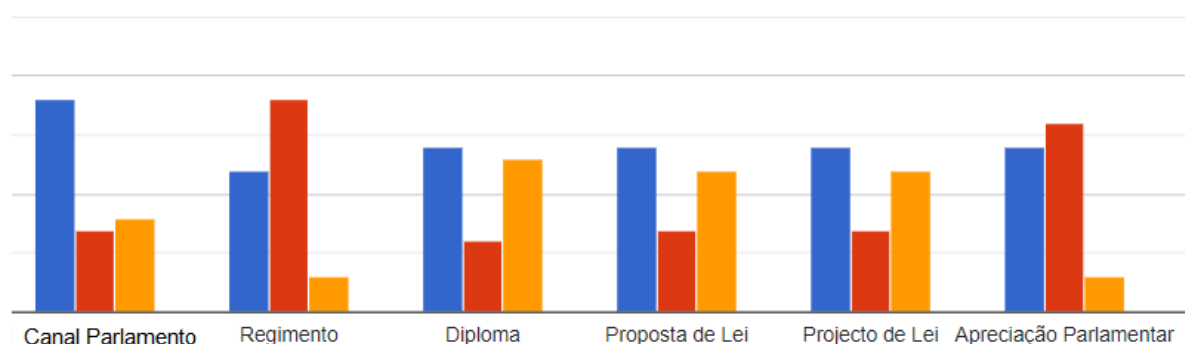


Gráfico 8

Canal Parlamento: 18 7 8

Regimento: 12 18 3

Diploma: 14 6 13

Proposta de Lei: 14 7 12

Projecto de Lei: 14 7 12

Apreciação Parlamentar: 14 16 3

Conhece os seguintes termos ?

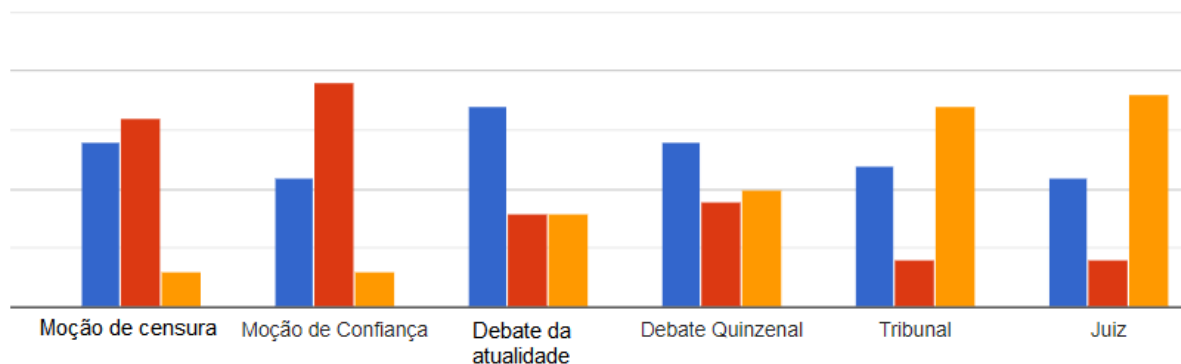


Gráfico 9

Moção de Censura: □14 □16 □3

Moção de Confiança: □11 □19 □3

Debate da atualidade: □17 □8 □8

Debate Quinzenal: □14 □9 □10

Tribunal: □12 □4 □17

Juiz: □11 □4 □18

Conhece os seguintes termos ?

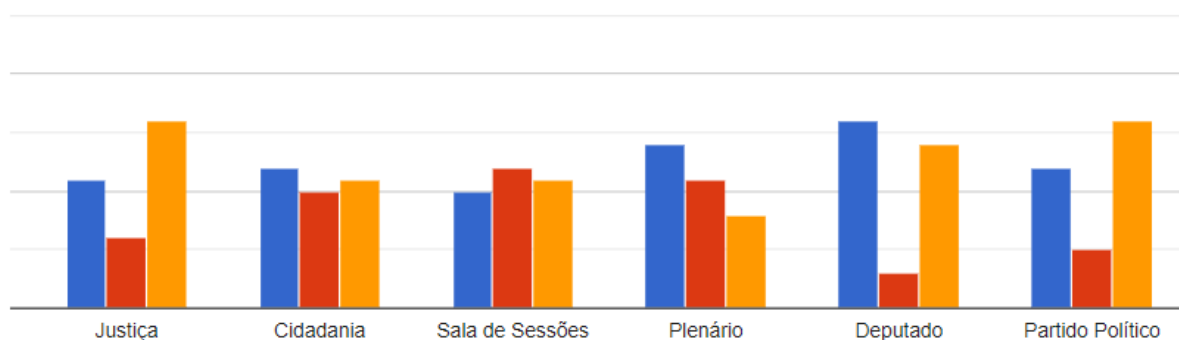


Gráfico 10

Justiça: □11 □6 □16

Cidadania: □12 □10 □11

Sala das Sessões: □10 □12 □11

Plenário: □14 □11 □8

Deputado: □16 □3 □14

Partido Político: □12 □5 □16

Conhece os seguintes termos ?

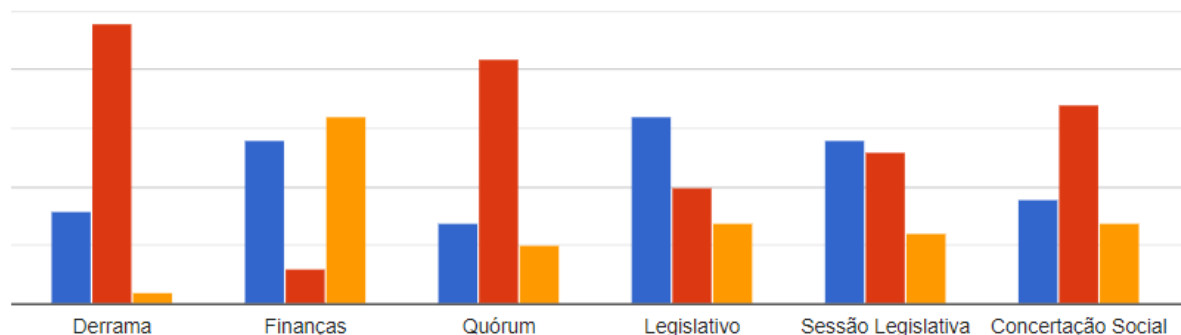


Gráfico 11

Derrama: □8 □24 □1
 Finanças: □14 □3 □16
 Quórum: □7 □21 □5
 Legislativo: □16 □10 □7
 Sessão Legislativa: □14 □13 □6
 Concertação Social: □19 □17 □7

Conhece os seguintes termos ?

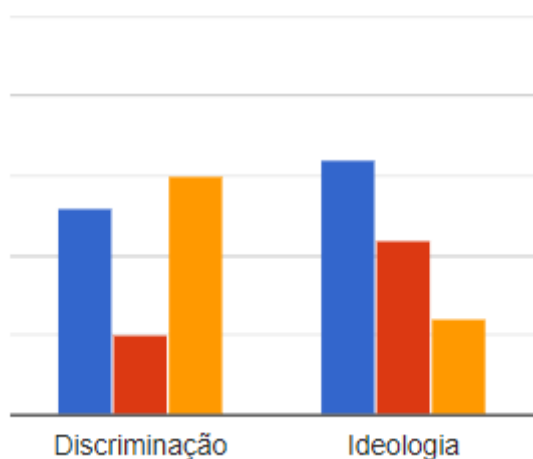


Gráfico 12
 Discriminação: □13 □5 □15
 Ideologia: □16 □11 □6

CONCLUSÃO

Este trabalho de investigação, por si só, não se sustenta apenas nos inquéritos, é inevitável a minha já longa experiência pessoal associada à pesquisa teórica e à recolha aqui demonstradas, no exercício das minhas funções diárias como Intérprete de Língua Gestual Portuguesa (LGP).

Mesmo assim, perante os factos brevemente enunciados ao longo desta Dissertação, considero que a proposta inicial do meu estudo, “O Canal Parlamento Português como Agente Socializador Político das Pessoas Surdas”, vai de encontro às dificuldades que eu sinto na tradução, ou seja, constato que nos termos escritos mais simples que são utilizados na política também eles o são utilizados no seio da comunidade Surda que, com os seus representantes das associações de Surdos e a Federação Portuguesa das Associações de Surdos que representam as suas filiadas, acabam por fazer também a ponte de comunicação junto das entidades públicas nas suas reivindicações e, com as novas tecnologias, partilhando vídeos em LGP com informação relevante em relação à legislação ou aprovação que vá de encontro às necessidades da comunidade Surda.

Nos termos com uma conceção mais específica como por exemplo Moção de Censura as respostas foram claras, na sua maioria não conhecem o termo e não sabem executar para LGP.

Não encontro uma diferença muito grande entre o conhecimento dos termos na sua forma escrita e na execução em LGP, contudo a experiência obriga-me a usar, muitas vezes, a datilologia da LGP por não existirem gestos para conceitos mais abstratos, mais técnicos, próprios e associados ao domínio do conhecimento com que trabalho.

Apesar de termos no seio da Comunidade Surda o Professor Doutor Felipe Venade (pessoa surda), jurista e doutorado em Direito, que utiliza gestos específicos no que ao Direito diz respeito, a maior parte das pessoas Surdas não sabe e não compreende essa terminologia, tendo a Federação Portuguesa das Associações de Surdos (FPAS) disponibilizado formação na área da política, mas, na prática, no nosso dia a dia os gestos que aprendemos não os podemos usar porque temos de pensar que, dentro da comunidade Surda, temos idosos que utilizam uma língua gestual mais simples, os jovens que adquirem gestos novos e o regionalismo que também existe na LGP, havendo a representação de

vocabulário e de conceitos com gestos diferentes utilizados em Portugal, diferenças absolutamente distintas no Porto, em Faro, no Norte, Centro e Sul do País.

Sendo a política uma área em crescimento nos jovens Surdos, pelo menos cinco estão em alguns partidos políticos, como se pode ver nos programas de campanha eleitoral, a Língua Gestual Portuguesa está inserida, então é urgente que a comunidade Surda crie e uniformize a LGP também na área da política, como se fez quando da construção do Gestuário com representantes surdos do Continente (também não esquecer as Regiões Autónomas dos Açores e Madeira) seria uma mais-valia, no seu conhecimento e troca de conhecimentos dentro da comunidade surda e no inclusivo relacionamento entre a comunidade surda e a comunidade ouvinte, para que as pessoas surdas possam perceber em pleno todos os conceitos, o que também facilitaria em muito os Intérpretes de LGP, pois, por exemplo na ARTV, quando aparece um novo conceito, tem de se pesquisar o seu significado em rigor. Pessoalmente, nestes casos, faço vídeo chamadas para pessoas surdas para me ajudarem a estabelecer um gesto e evitar de soletrar.

Outra dificuldade que senti foi, quando enviei o Inquérito, recebi mensagens de algumas pessoas surdas que não perceberam o que era o Inquérito, o que me obrigou a fazer um vídeo e a difundi-lo nas redes sociais, dizendo que se tratava da minha Dissertação de Mestrado em Comunicação Alternativa e Tecnologias de Apoio e que só tinham que clicar respondendo se conheciam o termo e se o sabiam fazer em LGP. A Língua Gestual está ainda imensamente carenciada de gestos para os mais diversos domínios do conhecimento humano, havendo a necessidade de, cada vez mais e intensamente, se encontrarem e se validarem devidamente todos os gestos que sejam necessários utilizar na comunicação com as pessoas surdas e entre as pessoas surdas. As pessoas surdas, como as pessoas ouvintes, devem ter acesso atempado, imediato, a sistemas linguísticos tão diversificados e adequados quanto possível, procurando-se trabalhar e entender a cultura surda e realizar trabalhos que possam culminar na dimensão multicultural das pessoas surdas.

Antes de terminar, sinto necessidade de sustentar que há mais de uma década a trabalhar na ARTV, isso tem sido uma fantástica aprendizagem diária, pelo facto da não existência de gestos precisos, ter de pesquisar e encontrar sinónimos, ter de consultar obras de referência, inclusive dicionários e aferir junto da comunidade surda a mais adequada e entendível configuração de gestos que representem em concreto o que se diz nesta área do conhecimento humano. É deveras muito aliciante o trabalho neste domínio, dadas as características dos diferentes atores nos grandes debates e adversidades que se verificam no

Parlamento, sendo esta experiência profissional que me tem facilitado a comunicabilidade e sociocomunicabilidade nos diretos na SIC, nos Jornais onde o ritmo das notícias é mais feroz, valendo-me toda a experiência adquirida na ARTV.

Não há dúvida que, a humanização do mundo passa por tantas e complexas etapas, estando em permanente atualização, com os incentivos e calorosos desafios que nos fazem estar sempre em alerta e a promover a vida em dignidade para todos, portanto, a comunidade surda também tem de estar permanentemente em igualdade no usufruto dos direitos humanos, independentemente das suas por vezes limitações comunicacionais e sociocomunicacionais.

A Língua Gestual Portuguesa merece um cada vez mais profundo trabalho de investigação e desenvolvimento, não esquecendo nenhum dos domínios do conhecimento, porque o conhecimento é um bem público e tem de, obrigatoriamente, ser partilhado por todos, sem exceções e sem reservas.

O refletir esta matéria, a política parlamentar acessível a todos, no caso com particular enfoque na comunidade surda, fez-me tomar consciência das graves lacunas no relacionamento e interação entre a comunidade surda e a comunidade ouvinte, devido às questões básicas da comunicação, sobretudo ao nível dos conceitos e da abstração, razão por que me decidi investigar a questão em referência, com base na minha educação comunicacional, desde o berço, e na minha experiência pessoal e profissional ao longo da minha vida.

Mas estou bem ciente de que há muito, muito mesmo, a investir, no plano comunicacional, neste domínio, o da política, o papel da ARTV como um trabalho também socializador da comunidade surda na política e na sociopolítica, que pertence a todos os cidadãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amaral, M. A.; Coutinho, A.; Martins, M. R. D. (1994). *Para uma Gramática da Língua Gestual Portuguesa*. Lisboa, Caminho.

Bourdier, P. (1997). *Sobre a Televisão*. Oeiras, Celta Editora.

Carvalho, P. V. (2007). *História dos Surdos no Mundo e em Portugal*. Lisboa, Surd'Universo Livraria Especializada.

Guerreiro, A. D. (2017). *Comunicação Inclusiva em Intervenção Precoce na Infância*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas (Em distribuição pela Amazon/Espanha).

Laborit, E. (2000). *O Grito da Gaivota*. Lisboa: Editorial Caminho.

Ladd, P. (2013). *Em busca da Surdidade 1 Colonização dos Surdos*. Obra tradução para a língua portuguesa. Lisboa: Surd'Universo Livraria Especializada.

Lane, H. (1992). *A Máscara da Benevolência, A comunidade surda Amordaçada*. Lisboa: Instituto Piaget, Horizontes Pedagógicos.

Niza, S. (1991), *A Língua Gestual na Educação dos Surdos*. In: Gestuário – Língua Gestual Portuguesa. Lisboa: Secretariado Nacional de Reabilitação.

Paço, J., Branco, C., Moreira, I., Caroça C. e Henriques M.M., (2010). *Introdução à Surdez*. Lisboa: UCP Editora.

Sousa, F. V. de. (2017) “A Língua gestual e tribunais: como tornar a comunicação efetiva”. in *Direitos das Pessoas com Deficiência* (2016) [e-book]. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2017, pp. 61-77

Sousa, F. V. de. (2014) *Os Direitos Fundamentais das Pessoas Surdas. À luz da norma do artigo 74.º, n.º 2, alínea h) da Constituição da República Portuguesa e da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com deficiência*. Coimbra: Almedina Editoria, julho, 2014

Sousa, F. V. de. (2011) “O Reconhecimento constitucional da Língua Gestual Portuguesa: a breve compreensão do artigo 74.º, n.º 2, alínea h)”, in *Boletim Informativo “Surdos Noticias” – Federação Portuguesa das Associações de Surdos*, n.º 9, dezembro. 2011, p. 9.

Sousa, F. V. de. (2011) . “Os Direitos Humanos das Pessoas Surdas”, in *Boletim Informativo “Surdos Noticias” – Federação Portuguesa das Associações de Surdos*, n.º 8, setembro 2011, p. 13.

Legislação:

Lei Constitucional n.º 1/97, Diário da República, Constituição da República, de 20 de Setembro.

Diário da República I SÉRIE-A Nº 35- 11 de Fevereiro a Lei nº 8/2002 Primeira alteração à lei nº.31-A/98, de 14 de Julho (aprova a Lei da Televisão) no Artigo 44º.

Lei da televisão- Lei nº. 27/2007, Diário da República de 30 de Julho.

Diário da República II Série RC - Número 68 - IV Revisão Constitucional, Comissão Eventual para a Revisão Constitucional.

Diário da república I - SÉRIE-A Nº 283 - 9 de Dezembro de 2003 a Resolução da Assembleia da República nº82/2003

Anexos

Anexo I - Entrevista com o Coordenador do Canal Parlamento

Francisco Feio

Entrevista

O entrevistado é Francisco Feio, coordenador do Canal Parlamento, a entrevista foi conduzida por mim com a presença do meu coordenador Professor Doutor Augusto Deodato Guerreiro.

Introdução

A tese vai se chamar podemos se alterar eu estou agora a olhar para o logo, O canal parlamento português como agente socializador político das pessoas surdas. Podíamos por ARTV mas eu e o Professor Deodato que é o meu orientador da tese optamos por este título para já .

Como não há nenhum registo escrito nós vamos fazer esta gravação, depois vou transcrever-la também e agarrar algumas partes para fazer a fundamentação do porquê do meu interesse da língua gestual e discutir esses conceitos para a comunidade surda.

Pergunta - Preciso de saber como é que surgiu o canal parlamento, de que forma ,quem teve a ideia iniciou com quantas pessoas.

Resposta- O canal parlamento teve o seu embrião se bem me lembro em 1993, quando se instalou o primeiro sistema de captação de qualidade de broadcast na assembleia da República . Instalou se por duas razões uma foi prática que era, foi quando apareceram os canais privados de televisão a confusão era muito grande nas galerias com muitas câmaras dos três operadores e a assembleia da república resolveu instalar um sistema de captação profissional de qualidade broadcast e fornecer as imagens aos operadores de televisão de modo que não tivessem que deslocar equipas para a assembleia para ocupar as galerias todas.

A segunda razão foi dar lhes a possibilidade de terem acesso a um fide contínuo de imagens da sessão toda e que eles depois pudessem editar e utilizar para os telejornais ,para os programas de informação ,etc de modo a que não passassem só aqueles sondsbites pequeninos que apanhavam, porque as equipas não ficavam normalmente durante o debate todo a exceção do orçamento , programas de governo e coisas desse tipo.

Isto de facto foi uma mais valia para eles, foi uma mais valia para os operadores que tem instalações na assembleia da república onde recebem os nossos sinais.

Depois nós fazíamos uma emissão interna, no canal interno da assembleia da república e distribuíamos também para a rede do governo. Eles tinham acesso aos nossos debates em direto , sobretudo aqui na residência oficial e na presidência do conselho de ministros .

Quando apareceram os operadores de cabo, nomeadamente a principal a nacional na altura que era a tv cabo que é hoje a zon, a ideia foi natural porque é que nós não vamos distribuir o nosso sinal para a rede cabo?

Em 95 penso que foi em 95 nós fizemos as primeiras emissões na rede TV da cabo bom a emissão era uma coisa simples, quando havia plenário nós transmitíamos , nós só tínhamos a régie do plenário tínhamos lá o equipamento instalado , quando havia plenário nós transmitíamos, quando o plenário acaba nós fechávamos e foi assim que este modelo durou um tempo , muito tempo , nós tivemos também depois , combinamos com eles gravavam a nossa emissão e retransmitiam aquilo á noite até que em 99 ,2000 houve a ideia por parte

dos deputados e do Presidente na altura do Presidente Almeida Santos de se transformar aquela região e aquele modelo de emissão num Canal a sério.

Isso requeria um investimento de equipamento de espaço e foi criada uma comissão que foi o embrião do que é hoje o conselho de direção do Canal Parlamento, foi criada uma comissão para estudar a reestruturação do Canal e dessas linhas e essa comissão produziu um documento que foram as linhas orientadoras da reestruturação do Canal Parlamento que levaram a um concurso público, a abertura de um concurso público internacional para a instalação de que ?

De um centro de emissão, que é o que nós temos e de equipamento em três espaços, o Plenário o Senado e uma sala de comissões e foi assim que nós começamos, entretanto houve a queda do Governo, o Canal estava instalado mas acabou por só entrar em funcionamento em setembro de 2002 devido ao problema da queda do Governo.

Em 2001 ainda fizemos algumas emissões experimentais, fizemos, gravámos, transmitimos os debates a partir dos que houve, a partir daqui já não houve uma emissão, uma emissão com abertura, fecho foi feita com diretos e diferidos que passou a ser feita a partir de setembro de 2002, fizemos 10 anos aliás o ano passado comemoramos efusivamente os dez anos e depois mais tarde resolveu-se isto foi uma questão de evolução.

Mais tarde resolveu-se alargar a cobertura dos trabalhos parlamentares a mais duas salas, equiparam-se duas salas de comissões e há coisa de três anos instalamos mais três salas de comissões e o Auditório do edifício novo, neste momento nós temos instalado câmaras em 9 espaços, temos 4 câmaras que podemos deslocar para qualquer lado portáteis, para cobrir eventos e fazemos lançamentos de livros, inauguração de exposições, colóquios e conferências que não são realizadas nem no Senado nem no auditório por exemplo amanhã vamos ter o café da ciência.

Temos tido muitas sessões públicas viradas para a sociedade civil e temos uma emissão de 24 horas no cabo, essa emissão de 24 h tem um ano e pouco, nós começamos a transmitir 24 sobre 24 horas desde Janeiro deste ano, portanto houve uma emissão experimental em dezembro e desde janeiro estamos na TDT na plataforma digital terrestre com uma emissão média de 12 horas diárias.

Pergunta – Quantos técnicos é que iniciaram esta aventura ?

R e s p o s t a – Bom quantos técnicos, iniciaram poucos era eu e o Paulo Meireles depois apareceu o Nuno e a Bela fomos quatro e mantivemos os quatro durante muito tempo até recentemente o ano passado entrou o Nilton e o Bruno somos seis técnicos em permanência, temos dois Jornalistas, duas jornalistas a trabalhar connosco, tivemos já no passado dois jornalistas a trabalhar connosco a Isabel e o Pedro, o Pedro entretanto saiu ficou só a Isabel e nós também o ano passado reportamos depois da saída da Isabel ficamos sem ninguém e recrutamos dois jornalistas para trabalhar no canal.

O que houve mais assim de evolução, tivemos em 2003 começamos a transmitir na Internet, portanto a emissão do canal passou para a Internet e neste momento estamos a ultimar um projeto que está em fase de instalação de parametrização o projeto que é: que nos vai permitir ter os nove feed em simultâneo, os oito feed em simultâneo na Internet, portanto a emissão é uma emissão linear as pessoas só podem ver, nós podemos estar a gravar seis eventos ao mesmo tempo ou sete e as pessoas só podem ver um na televisão depois verão os outros em diferido e na web vai permitir às pessoas verem escolherem qual o feed que querem ver tendo em conta a simultaneidade de gravações que estão a decorrer, a outra que nos trás aqui a outra adição importante foi em 2006 que tivemos a primeira emissão

Pergunta -Eu tinha aqui 2005 mas não foi 25 de Abril de 2006

R e s p o s t a - Foi no 25 de Abril de 2006 nalguns sítios aparece 2005 mas eu penso se não estou enganado que foi assim . Desde 2006 que temos interpretação instalada.

Pergunta : E quem é que teve a iniciativa e como é que surgiu a possibilidade de haver a língua gestual no canal parlamento e o porque da inclusão, como é que foi feita a escolha dos intérpretes, de que forma o parlamento disponibiliza documentos ou não às interpretes para fazerem o seu trabalho ?

R e s p o s t a - A língua gestual foi uma aventura, como tudo aqui no canal tem sido uma aventura para nós foi ,isto surgiu na sequência de uma deliberação da Assembleia a deliberação 82/2003 , que foi inicialmente apresentada pelo PEV, que previa no quadro geral da acessibilidade, foi uma deliberação que tinha haver com acessibilidade geral no parlamento desde acessos físicos, até disponibilização de informação a outros suportes para vários tipos de linguagens ,não tinha só haver com a língua gestual mas tinha também por exemplo com o braille.

Nunca que eu saiba foi para a frente penso mais por questões técnicas do que por outra razão qualquer mas da deliberação original fazia parte também o braille se bem me lembro, mas é fácil ver na resolução 82 e ver pelo menos no projeto apresentado previa , mas no aprovado sei que no aprovado estava a língua gestual .

Ele é aprovado no final de 2003 e começou se a falar disso , de que tínhamos que recomeçar a pensar nesse assunto e nós pensamos ,fomos pensando mas por razões diversas o projeto só acabou por ser concluído em 2006.

Para nós havia uma questão técnica que era complexa por causa da distribuição do canal com a janela, o espaço para os intérpretes trabalharem ,a questão pouco habitual nós não trabalhamos vinte e quatro horas por dia , aqui nós temos um espaço das 9h das 8h até às horas que for, não temos turnos e isso ponhamo-nos um problema sobre o que é que íamos transmitir com a língua gestual.

Foi acordado com o conselho de direção que eram as reuniões plenárias, porque eram as mais importantes, eram as reuniões plenárias e assim foi até hoje tem sido as reuniões plenárias,tem sido a reunião no Orçamento que é uma reunião longa , que é e tem sido a única comissão que tem sido tratada como se fosse um plenário porque é um momento importante da assembleia.

Bom as escolhas das intérpretes passou pela ajuda, contamos com a ajuda da Associação Portuguesa de Surdos com quem fomos falar, tivemos uma série de reuniões para definir o perfil e depois para nós gravámos fizemos uns testes de câmara às pessoas com textos penso que foi com umas reuniões plenárias e depois eles ajudaram-nos na seleção, fizeram a análise , criaram uma grelha de análise e apareceram as três que trabalham connosco até hoje.

A experiência penso que tem sido bem sucedida, á a ideia de alargar o número de reuniões que são transmitidas com língua gestual, o nosso problema é que de facto só podemos fazer uma reunião , por uma questão de espaço , por uma questão de equipamento e por uma questão de tempo , porque as reuniões são muito longas e é impossível , não é possível nós regravarmos depois a reunião portanto com a interpretação porque é o tempo que demora a reunião é na saída e na entrada de outra isto é de contínuo de manha há noite é muito complicado de fazer , muito complicado por isso,por isso nós vamos provavelmente os

diretos, ainda estamos a ver mas eventualmente as comissões em direto mais dia menos dia começaremos a fazer , só para alargar o número de emissões que fazemos.

Agora uma última pergunta :

A nível europeu em termos de canais parlamento, o nosso português é o que tem mais em termos de língua gestual ou seja nos outros canais são mais questões pontuais ? Não?

R e s p o s t a - São pelo que sei são , porque nós temos a regra de facto todas as reuniões plenárias transmitidas com recurso á interpretação gestual.

Sei que há parlamentos onde existe para o público , não para a televisão mas, também o nosso canal tem um modelo muito particular de funcionamento porque nós só transmitimos as reuniões de comissões e as reuniões do plenário e alguns eventos e transmitimos as reuniões do princípio ao fim , desde que começam até que acabam .

Os outros canais de parlamento não têm um modelo assim como o nosso, os espanhóis tem, não tem uma emissão tão organizada como a nossa não estão sempre a transmitir o que se diz tem muitos de momentos de paragens .

Mas muitos canais funcionam como canais de informação política , eles não transmitem as reuniões inteiras podem numa peça ou outra utilizar a língua gestual , penso os Ingleses que na BBC utilizam de vez em quando mas não nos diretos nas reuniões quer de comissão quer do parlamento, não transmitem terão outros recursos , sei que há gente que recorre á legendagem , enfim teletexto, o teletexto hoje é um problema por causa dos canais de cabo porque não passa não é difundido na teletexto desapareceu praticamente.

Sei que existe no Canadá fazem por exemplo legendagem, em Itália por vezes também fazem. Com o recurso a estenografias a estenografia é um método muito rápido para poder transcrever um texto quase em velocidade real , o que permite , eles utilizam um feed dos estenógrafos que fazem no diário para passar nos ecrãs nas galerias do público com o texto que eles estão a dizer e aproveitam também para a televisão para fazer legendagem automática é um processo extremamente interessante.

Comentário- Acho que também é um sistema utilizado nos Estados Unidos , penso que é isso que estas a falar.

R e s p o s t a - A estenografia é muito popular lá por causa do sistema judicial na Europa, praticamente desapareceu foi uma coisa que foi desaparecendo é pena porque , pelo que sei um bom estenografo tem uma taxa de fidelidade, que ronda os 96%. , e os programas de

reconhecimento de voz os muitos bons, não passam dos 92,93 % , um bom taquigrafo é mais assertivo que um programa de reconhecimento de voz portanto, é uma pena não se investir na taquigrafia mas enfim.

Pergunta - verificados que resultados tem algum feedback digamos da quantidade de pessoas surdas que de facto seguem o canal parlamento.

R e s p o s t a - Não , não temos.

Pergunta - Nunca tiveram essa..

R e s p o s t a - Não temos e temos muita dificuldade em obter um dado desses , isso teria que ser provavelmente um inquérito feito através por exemplo da associação que tem os contactos para saber realmente quantas pessoas surdas veem o canal , pois e das que sabem língua gestual .

Comentário - Se calhar seria bom.

R e s p o s t a - Eu não tenho ideia do universo de falantes de língua gestual em Portugal ,não tenho a mínima ideia de quantas pessoas .

Comentário - Anda a volta de quê ???

Nos últimos censos eram 250 mil deficientes auditivos mas dentro desses 250 mil deficientes , 30 a 35 mil dominantes da língua gestual .

Pergunta - Outra questão que gostava de saber é que tipo de ajuda previamente podem dar aos interpretes de língua gestual porque aparecem sempre palavras às vezes um bocadinho complicadas de acordo com o parlamentar que lá vai, às vezes associa o vocabulário próprio muito característico muito ligado às várias realidades que vai abordar não é e claro para uma pessoa que esteja a fazer a tradução para língua gestual , para saber evidentemente representar digamos, um conceito que as vezes é complicado às vezes nem mesmo nós estamos a falar, estamos a oralizar conseguimos desconstruir o conceito,fornecem alguma , algum glossário qualquer coisa previamente que as intérpretes de língua gestual portuguesa tenham facilidade depois de transmitir,, rapidamente em tempo real numa sessão plenária, daquilo de facto que esta a ser dito, ou não fornecem nenhum tipo de ajudas desse tipo .

Resposta- Não de inicio fornecemos , bom o parlamentês é uma língua complicada e tem termos complicados , mas quase todos os termos vem do direito muitos deles , e outros termos vem de..., há muitos conceitos que estão ligados á vida parlamentar estão definidos e explicados no Regimento da assembleia da republica . Nós de inicio demos o Regimento, da nossa Constituição , demos o dicionário português um bom dicionário o Aurélio e depois acho que houve uma fase da parte delas, uma fase temporal, grande de adaptação á linguagem aqui dentro,depois é evidente que cada deputado trás as suas endosicronias próprias isso nota se sobretudo nos plenários , porque é onde os discursos tendem a ser mais teatralizados digamos assim.

Nas comissões é uma linguagem mais direta e mais simples eu penso que nas comissões é diferente, talvez seja um trabalho mais cansativo porque falam muito mais mas , porque o controle de tempos não é tão efetivo .

Mas no plenário acredito que é um bocado mais complicado , o discurso é mais teatralizado e aí os conceitos vem da vida política, do regimento ,à muita interpretação regimental que não deve ser fácil de explicar presumo porque até para nós é difícil de compreender .

Pergunta - As vezes é mais através da imagem que se consegue verificar digamos determinadas afirmações que se vai passar. Eu penso que para já e outra pergunta nunca pensaram em nenhum glossário , em se criar um glossário uma vez que existe esse regimento .

R e s p o s t a - Nós temos um Glossário , temos o glossário está na Internet pelo menos estava , penso que ainda está na página do parlamento, nós referimos isso nas reuniões á um glossário dos termos mais utilizados.

Pergunta - É o que nós vamos fazer para lingua gestual escolhemos 58 conceitos ,

Sugestão- Se pudessem ser todos os que la estão expressos em língua gestual isso era excelente ja era uma ajuda para o próprio parlamento já em língua gestual.

R e s p o s t a - Nós temos um projeto antigo, mas nunca conseguimos tempo , nem acordo de se estabilizar esse programa mas , nós temos esse programa para fazer á muito tempo um glossário parlamentar, explicar às pessoas os conceitos que são utilizados no regimento ,era agarrar no regimento ver quais são os conceitos chaves e agarrar e explicar as pessoas coisas tão simples como , o que é um projeto de lei , qual a diferença de um projeto de lei de uma proposta de lei ,projeto de resolução decreto de lei.

Explicar o que é uma avocação ao plenário , é um termo que quase ninguém sabe o que quer dizer , explicar o que é uma defesa da honra, defesa da consideração , essas coisas todas explicar as pessoas de uma forma simples, com programas de um minuto ou de 30 segundos a dizer isto é ...,

Anexo II - Inquérito

05/09/2019

Inquérito

Inquérito

Este inquérito é realizado no âmbito da Dissertação de Mestrado em Comunicação Alternativa e Tecnologias de Apoio. Para conhecer a realidade da Comunidade Surda no que se refere ao conhecimento de termos sociopolíticos, essencialmente ligados à terminologia utilizada na Artv Canal Parlamento pelos diferentes quadrantes políticos bem como no serviço informativo no Jornal da Sic e Sic Notícias. Os seus dados são muito importantes para a realização deste estudo, pelo que, desde já se agradece a sua colaboração. É garantida a confidencialidade dos dados.

*Obrigatório

1. Endereço de email *

2. Género

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Masculino
☐ Feminino

3. Idade

4. Localidade

05/09/2019

Inquérito

5. Conhece os seguintes termos ? *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Sim	Não	Sabe em Língua Gestual Portuguesa ?
Presidente da República	☐	☐	☐
Presidente da Assembleia da República	☐	☐	☐
Presidente do Tribunal Constitucional	☐	☐	☐
Constituição	☐	☐	☐
Governo	☐	☐	☐
Estado	☐	☐	☐
Primeiro Ministro	☐	☐	☐
Ministro da Segurança Social	☐	☐	☐
Estado Social	☐	☐	☐
Taxa Social Única TSU	☐	☐	☐
Pensão	☐	☐	☐
Reforma	☐	☐	☐
Pensionista	☐	☐	☐
Austeridade	☐	☐	☐
Reformado	☐	☐	☐
Direito Universal dos Direitos Humanos	☐	☐	☐
Direitos Humanos	☐	☐	☐
Direitos Fundamentais	☐	☐	☐
Direito	☐	☐	☐
Lei	☐	☐	☐
Decreto-Lei	☐	☐	☐
Regulamento	☐	☐	☐
Banco Central Europeu - BCE	☐	☐	☐
Fundo Monetário Internacional - FMI	☐	☐	☐
Canal Parlamento	☐	☐	☐
Regimento	☐	☐	☐
Diploma	☐	☐	☐
Proposta de Lei	☐	☐	☐
Projecto de Lei	☐	☐	☐
Apreciação Parlamentar	☐	☐	☐
Moção de Censura	☐	☐	☐
Moção de Confiança	☐	☐	☐
Debate da Atualidade	☐	☐	☐
Debate Quinzenal	☐	☐	☐
Tribunal	☐	☐	☐
Juiz	☐	☐	☐
Justiça	☐	☐	☐
Cidadania	☐	☐	☐
Sala de Sessões	☐	☐	☐
Plenário	☐	☐	☐
Deputado	☐	☐	☐
Partido Político	☐	☐	☐
Derrama	☐	☐	☐
Finanças	☐	☐	☐
Quórum	☐	☐	☐
Legislativo	☐	☐	☐
Sessão Legislativa	☐	☐	☐
Concertação Social	☐	☐	☐

<https://docs.google.com/forms/d/1tHmQ8x32-myz598ezz5e2hx5tW-AxvBR4v17pExsN6Q/edit>

2/3

Alexandra Paula Domingos Ramos – O Canal Parlamento Português como Agente Socializador Político das Pessoas Surdas

05/09/2019

Inquérito

Discriminação
Ideologia

Sim Não

Sabe em Língua Gestual Portuguesa ?

888

6. Obrigada pela sua colaboração

Com tecnologia
 Google Forms

<https://docs.google.com/forms/d/18HmQBx32-myz596ezz5e2hx5W-AxvBR4v17pExsN6Q/edit>

3/3